

a importância da ser solucionado tal impasse, visto que assim seriam obtidos recursos de 30 mil reais para empregos diretos e indiretos. Prossequindo, mencionou sobre reuniões no Conselho do Município de Junco como Governadora Rosinha Rautheus Aguiar, o Cônsul dos Estados Unidos, o Cônsul da Inglaterra, o Senador Sérgio Cabral, o Deputado Federal Demônio Medeiros, Deputado Estadual Paulo Roberto e outros analisando, disse que o Povo não viria na frente quanto a questão do Turismo foram reuniões sobre a Secretaria Barbone Lima Sobrinho que seria implantada no Sertão Araripe, no que encerrou sua fala. A seguir, abriu a Sessão em Explicação verbal o Vereador Amaura Valério Thomas Júnior, que inicialmente comentou sobre o apoio do Executivo Municipal aos esportistas, destacando a presença de um representante da família Orsolen no Município. Continuando, discorreu sobre os cursos profissionalizantes oferecidos pelo Município, que estão beneficiando imensamente a camada social menos favorecida, sendo formado cerca de 3 mil e oitocentas pessoas em cursos gratuitos, como costuraria, costureira, garçons e outros. Adiante, disse que com relação ao dia dos namorados acreditava que não o respeito, qualquer relacionamento estava padado ao inucesso, no que encerrou sua fala não havendo mais. Oração para o uso da Tribuna em Explicação verbal, o Senhor Presidente encerrou a presente Sessão, em nome de Deus. E para concluir, mandou que se lavrasse a presente Ata, que dipos de lida, submetida em apreciação Anterior, aprovada, será assinada para que produza seus efeitos legais.

x *Paulo Roberto*
 x *Amaura Valério Thomas Júnior*
 x

Ata da Sessão Extraordinária do
 Primeiro Período legislativo da Câmara
 Municipal de Povo Novo, realizada no dia
 17 (dezoete) de junho do ano de 2003 (dois
 mil e três).

Os demais horas do dia 17 (dezoete) de junho do ano de 2003 (dois mil e três) sob a presidência do Vereador Antônio Carlos de Carvalho Andrade e com a participação da Comissão Municipal "ad hoc" pelo Vereador Jânio dos Santos Mendes, reuniu-se ordenadamente a Câmara Municipal da

Frao Aleim dosz, responderam a chamada regimental os seguintes Vereadores: Amaro, Valério Thomaz Júnior, Augusto Salvador Miranda de Carvalho, Braz Benedito Azevedo Filho, Eduardo Roney Kitz, Emanuel Fernandes Freire da Silva, Gustavo Antônio Guimarães Branger, Ricardo Ferreira da Fonseca e Rui Bachado de Faria. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a presente Sessão em nome de Deus. A seguir, foi lido e aprovado a seguinte Ata: Ata da Vigésima Sessão Ordinária do Primeiro Período Legislativo. A seguir, o Senhor Presidente após o cumprimento do rito regimental soluciu ao Senhor Primeiro Secretário no "ad hoc" a leitura do Expediente que compoem do seguinte: Ofício 10329078/MS SELEANS - Ministério da Saúde, assunto: Informa a liberação de recursos provenientes do fundo Nacional de Saúde em favor da Prefeitura Municipal de Cabo Frio no valor de R\$ 30.820,89, em cumprimento ao Art. 2º do Lei n.º 9.452/97, Ofício 0050/2003 - Empresa Brasileira de Correios, assunto: Em resposta ao requerimento n.º 018/2003 de autoria do Vereador Ricardo Ferreira da Fonseca; requerimento n.º 086/2003 - Vereador Ricardo da Fonseca, assunto: requer o PERS em Cabo Frio, a instalação de um posto de Atendimento da Empresa, no Bairro Jardim Esperança; requerimento n.º 087/2003 - Vereador Ricardo da Fonseca, assunto: requer a instalação em Cabo Frio, a instalação de um posto de Atendimento da Empresa, no Bairro Jardim Esperança; requerimento n.º 088/2003 - Vereador Braz Benedito Azevedo Filho, assunto: Soluciu a telemar a instalação de telefone público (ovelhão), na rua dos Brancos, no Bairro Porto do Curto; requerimento n.º 094/2003 - Vereador Ricardo da Fonseca, assunto: requer o PERS em Cabo Frio, a instalação de um posto de Atendimento da Empresa, no 2º Distrito; requerimento n.º 095/2003 - Vereador Jairo dos Santos Mendes, assunto: Dispõe sobre permite ao Comandante da Capitania do Porto de Cabo Frio, para prestar esclarecimentos e informações quanto a segurança em navegacões e outros pertinentes, Indicação n.º 185/2003 - Vereador Altair Graço da Silva, assunto: Soluciu ao Bem Senhor Prefeito Municipal a colocação de faixa de pedestre no Avenida Arnoniú, em frente ao Pólo Donald's, em direção a farmácia da Unimed, Indicação n.º 186/2003 - Vereador Altair Graço da Silva, assunto: Soluciu ao Bem Senhor Prefeito Municipal a colocação de faixa de pedestre, na Rua Saul Volpi, em direção ao Antro Ortopédico São Marcos, Indicação n.º 261/2003 - Vereador Amaro Valério, assunto: Soluciu ao Bem Senhor Prefeito Municipal a iluminação pública na Rua Hiliv de Azevedo, no divisa entre os Bairros Jardim Vera e Rio

Serra do Rio, Indicação n.º 268/2003 - Vereador Rui Zendeiro Branco Filho, assunto: Solu-
 ção ao Canteiro de Obras Municipal saneamento, pavimentação e iluminação pública
 na Rua Serginho Paulo César Liqueiredo, no Bairro Jardim Esperança. Indicação n.º
268/2003 - Vereador Amaury Juliano Thomaz Junia, assunto: Solução ao Canteiro de
 Obras Municipal iluminação pública em todo o loteamento Aldeia Emmao, próximo ao Bar
 no Sangradouro. Indicação n.º 269/2003 - Vereador Emanuel Fernandes, assunto: Solução ao Canteiro
 de Obras Municipal a construção de uma Praça de Esportes no Bairro Rio. Item
da a Lobra do Expediente, o Senhor Presidente franqueou a Tribuna aos Cidadãos inex-
 tos. Ocupou a Tribuna como primeiro Otor, primeiro o Vereador Junia dos Santos
 dos, que após os cumprimentos de praxe comentou que o Secretário Estadual de Fazenda,
 registrava Cabo Frio como a décima economia do Estado do Rio de Janeiro e que
 significava uma grata notícia. Prosseguiu, disse que o contraste estava no fato de
 IPEA mostrar o município em terceiro lugar a índices de pobreza, o que demonstra-
 va de forma bem clara o desequilíbrio quanto a distribuição de renda, em Cabo Frio.
 Adiante, disse que as suas intervenções na Tribuna desde o início do seu vida pú-
 blica destacavam sempre uma cidade em que os pobres eram cada vez mais pobres
 e os ricos cada vez mais ricos, e ainda, que recentes pesquisas de instituições con-
 hecidas, mostravam que Cabo Frio também era a cidade que menos preservava o
 ambiente, sendo flagrantemente a degradação de suas áreas verdes. Prosseguiu, abordou
 a questão do custo da limpeza pública em Cabo Frio, registrando que o PORTURS, em
 prova que praticava tal atividade no Município do Rio de Janeiro, custava com
 cerca de seis milhões de habitantes, e, com uma estrutura extraordinária de pessoal e
 equipamentos, dispendera cerca de vinte milhões de reais no exercício de 2002 que
 em contrapartida o Município de Cabo Frio aplicava aproximadamente o montante
 de trinta milhões de reais, não estando incluídas as faturas das empréstitas contra-
 tadas para o serviço de varrição e pintura de ruas, o que alcançava um total
 de mais de oito milhões e quinhentos mil reais. Prosseguiu, disse que a limpeza
 domiciliar girava sempre em volta de que tinham como empresas executoras a
 LOEMASTY, ENGTECNICA, e LIMPADEC, cujas alterações contratuais deviam ser de-
 tacadas e analisadas com devido cuidado. Disse que os dados apresentados quan-
 to ao Município do Rio de Janeiro haviam sido publicados no Jornal Extra, edição
 do último dia quinze de junho. Ainda sobre o assunto, comentou que ao longo
 dos últimos dois anos havia se dedicado ao estudo do custo da limpeza pública

em Pulo Guro tendo encaminhado suas pesquisas para a Universidade Federal Fluminense e para a SORLURB, e que diante da densidade demográfica de Pulo Guro com cerca de duzentos mil habitantes em média, o gasto com a limpeza pública diante de parâmetros técnicos alcançaria a importância de um milhão e duzentos e noventa e seis mil reais. Disse também que os estudos apontavam para um custo estimado em aproximadamente seis milhões e trezentos mil reais, com o atendimento a todos os serviços que implicavam no recolhimento de resíduos produzidos em todos os segmentos do município que demandavam a participação de tal serviço. Disse que os resultados que destacavam tais números haviam sido encaminhados para integrarem o processo em andamento no Gabete, frisando que não deveria edocar seus julgamentos, mas sobretudo colocando argumentos para análise, não acatando os embargos de que só são coisas ruins do atual Governo. Ainda sobre o assunto, disse que o Prefeito em entrevista concedida a uma emissora afirmava isto no dia quatro de setembro de 2001, que se o Prefeitura tivesse um processo anexo para contratação de limpeza pública, o custo seria de seis a oito vezes menor e assim baseado em tal contradição a imprensa com quem junto ao Ministério Público para apurar os fatos pelos quais Pulo Guro pagava tão caro pelo recolhimento de seu lixo, e assim destacava que os seus argumentos poderiam ser contestados destacando ainda que a matemática apresentada pelo Governo não tinha uma explicação plausível. Indagou a seguir, o por que do que era possível ser feito isto a sete vezes barata e era realizado oito vezes mais caro. Disse que a média considerava numa cidade de oito milhões de habitantes como o Rio de Janeiro, que o gasto de vinte milhões de reais aplicados na limpeza pública, de nenhum jogador de xadrez, e assim, endossava como seria adequado a importância de trinta milhões de reais para o mesmo serviço e uma cidade que mantinha a média anual de mais ou menos duzentos mil habitantes, no que encerra a sua fala. A seguir, ouve a tribuna o Vereador Américo Valério, que após os cumprimentos de praxe reportou-se ao discurso do Vereador Ganio dos Santos Mendes, afirmando que o Mestre elegeu continuava sendo o arca do pinguim das notícias negando-se sempre a reconhecer os méritos do atual Governo Municipal. Disse também, que os números apresentados pelo Vereador de oposição na realidade de não ultrapassavam a soma dos nove milhões de reais, mas levando-se em

considerações que a Justiça estava analisando a denúncia do referido Vereador, em
 ocasião própria a verdade seria estabelecida. Disse também, que os fatos apresentados
 como denúncia de fraude a basear o esclarecimento da opinião pública e por consequen-
 tes uma intervenção da Justiça, tinha como origem um antigo Governo Municipal
 do qual o Vereador de oposição figura parte, período em que nada se investiu em tem-
 piza pública, configurando para os efeitos números e valores que realmente po-
 deriam ser super dimensionados. Adiante, disse ser realmente extravagante e es-
 tranha a forma obscurecida com que o Vereador fãno dos Contos Rendes procurava
 encontrar secundários no Governo Municipal, a ponto de não exagrar ou melhor, não
 investigar os meios possíveis que vinham sido desenvolvidos em Cabo Frio e com
 integral apoio do sociedade. Demagando, disse de sua honra por está investido
 como o representante do povo cabofriense, mas que muitos atos tinha se frustrado
 por ter que conviver com pessoas que procuravam os Vereadores apenas em busca de
 favores pessoais, afirmando que o serviço de uma Administração Pública não depen-
 dia apenas dos políticos, mas sobretudo de uma consciência política voltada para o
 bem estar geral, e assim, os homens públicos seriam eleitos através de cidadãos
 que tinham como objetivo a busca de uma sociedade mais justa. Com relação
 Prefeito Alois Porcio disse entender os embargos dos que alimentavam querelas per-
 soais, mas tinha certeza de que o cidadão consciente fazia uma análise pers-
 pectiva da atuação de um homem dedicado inteiramente a construção do progresso
 do Município de Cabo Frio colocando o interesse público como a prioridade
 maior do seu Governo, no que encerra sua fala. Não havendo mais dados reser-
 vados para o uso da Tribuna, o Senhor Presidente concluiu os trabalhos para
 a Ata do Dia. Nesta etapa, foi aprovado requerimento da Comissão de
 Pombuição e Justiça ao projeto de lei nº 055/2003 - R. B. nº 021/2003 e requisi-
 tação, foi aprovado o requerimento de urgência nº 096/2003 para que as Comissões
 e os trabalhos pararem em conformidade ao projeto de lei nº 055/2003 - R. B. nº 021/2003
 foram aprovados os requerimentos nº 086, 087, 088, 094 e 095/2003, e as In-
 dicacões nº 261, 262 e 268/2003 foram retiradas pela ausência do e lei as
 Indicações nº 185, 186 e 269/2003. Terminada a Ordem do Dia, não havendo
 dados para o uso da Tribuna em Explicação Final o Senhor Presidente encer-
 rou a presente Sessão em nome de Deus, marcando Extraordinária para dentro de
 poucos dias, para constar, mandou que se lavresse a presente Ata, que depois de lida,

Ata da Apreciação Final, aprovada, para que produza seus efeitos legais.

x
x
x

Fabio dos Santos
[Assinatura]

Ata do décimo Quarto Sessão Extraordinária do Primeiro Período Legislativo da Câmara Municipal de Cabo Frio, realizada no dia 14 (quatorze) de junho do ano de 2003 (dois mil e três).

As vinte horas do dia 14 (quatorze) de junho do ano de 2003 (dois mil e três) sob a presidência do vereador Antônio Carlos de Carvalho Tenda de, com a ocupação da Presidência "ad hoc" pelo vereador Augusto Salvador Borralho de Carvalho, reuniram-se Extraordinariamente a Câmara Municipal de Cabo Frio Alim dos, responderam a chamada regimental os seguintes vereadores: Amaury Valério Thomaz Júnior, Moys Benedito de Azevedo Filho, Eduardo Corrêa Neto, Gustavo Antônio Guimarães Bezerra, Jânio dos Santos Mendes, Luiz Carlos Lobo, Ricardo Ferreira da Fonseca, Luiz Rachedo e Silva. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a presente Sessão em nome de Deus. A seguir, foi aprovado parecer favorável das Comissões Vinculadas em Pontos ao Projeto de Lei nº 055/2003 - R. C. nº 021/2003. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra a presente Sessão em nome de Deus. E para constar mandou que se lavrasse o presente Ata, que depois de lida, submetida à apreciação final, aprovada, para que produza seus efeitos legais.

x
x
x

Fabio dos Santos
[Assinatura]

Ata da Tricésima Primeira Sessão Ordinária do Primeiro Período Legislativo da Câmara Municipal de Cabo Frio, realizada no dia 24 (vinte e quatro) de junho do ano de 2003 (dois mil e três).